



SEGURANÇA

Ação em 10 estados bloqueia mais de R\$ 1 bilhão, rastreia R\$ 52 bilhões em transações ilícitas e expõe atuação do crime organizado no setor de combustíveis. Receita anuncia que plataformas digitais de serviços financeiros passarão a ter as mesmas regras de transparência de bancos

Megaoperação atinge PCC e mira fintechs

» VANILSON OLIVEIRA

Em ação conjunta com diversos órgãos, a Polícia Federal e a Receita Federal deflagram, ontem, uma das maiores operações da história do país contra o crime organizado. A ofensiva mirou fraudes bilionárias no setor de combustíveis e esquemas sofisticados de lavagem de dinheiro, com a participação de fintechs e fundos de investimento controlados por integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). A ação ocorreu em 10 estados, e os detalhes foram apresentados pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em Brasília.

As investigações rastrearam R\$ 52 bilhões em transações ilícitas nos últimos quatro anos, identificaram 40 fundos de investimento com patrimônio de R\$ 30 bilhões e apontaram a sonegação de R\$ 7,6 bilhões em tributos. A Justiça determinou o bloqueio de mais de R\$ 1 bilhão em ativos; o sequestro de 192 imóveis, 21 fundos e duas embarcações; além da apreensão de 141 veículos e do sequestro judicial de outros 1.500. A Receita Federal revelou, ainda, que o grupo criminoso adquiriu uma frota de 1.600 caminhões para transporte de combustíveis.

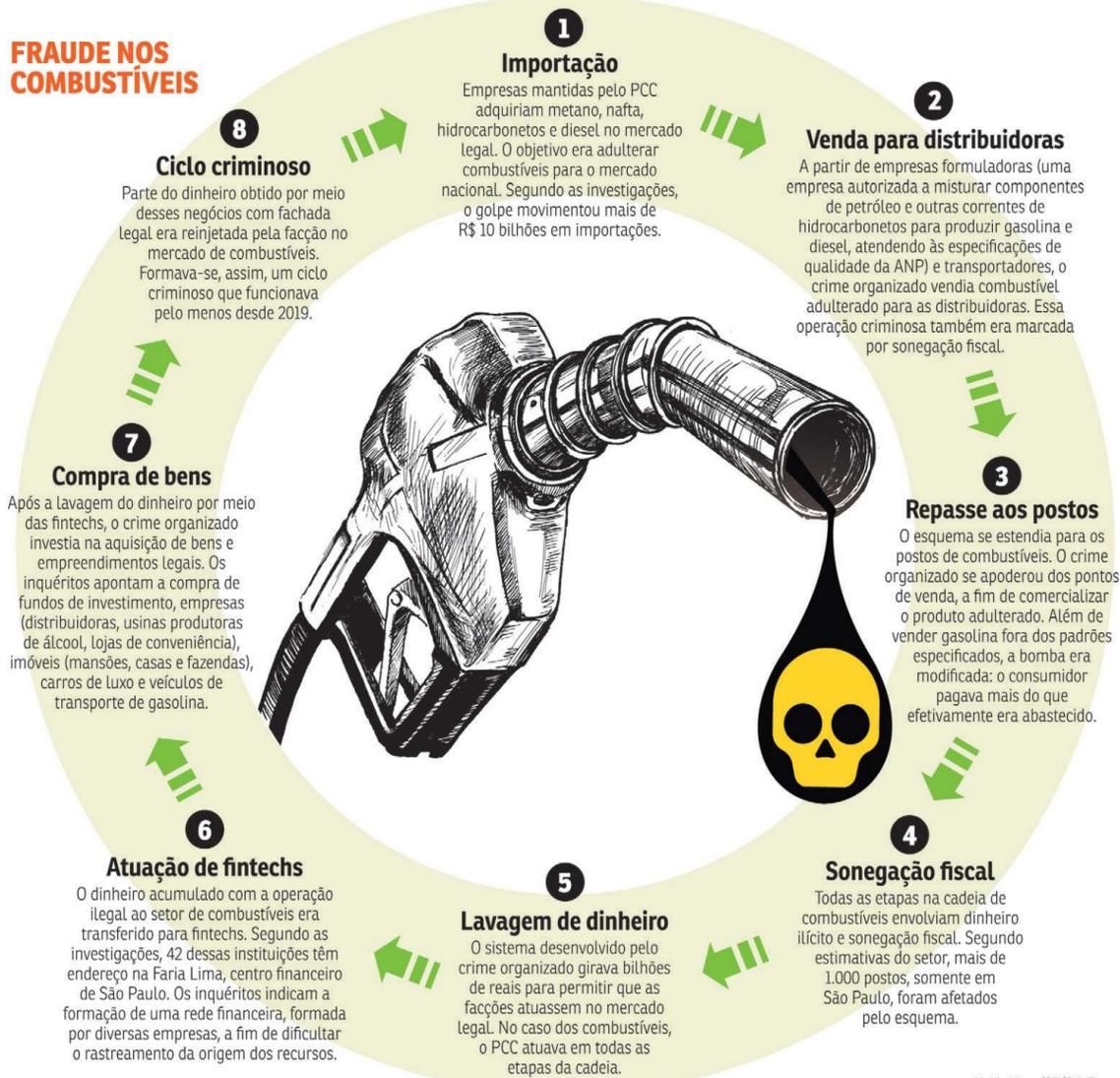
A ação foi coordenada pelos ministérios da Justiça e da Fazenda, Polícia Federal, Receita Federal e Ministérios Públicos Estaduais, com a deflagração simultânea de três operações: Carbono Oculto (MP-SP/Receita Federal), Quasar (PF-SP) e Tank (PF-PR). No total, foram cumpridos 350 mandados de busca e apreensão em 10 estados, dos quais 248 ligados à Operação Carbono Oculto, que mobilizou 766 policiais. No total, mais de mil profissionais atuaram na operação.

Em consequência das investigações, a Receita Federal anunciou, em nota emitida horas após a operação, que publicará uma nova instrução normativa para que as fintechs (plataformas digitais de serviços financeiros) passem a ter as mesmas obrigações que os bancos.

A Receita lembrou ter publicado, em 2024, uma instrução normativa estendendo as obrigações de transparência e informações às fintechs, com validade a partir de janeiro deste ano. "Em janeiro, uma onda enorme de mentiras e fake news, atribuindo uma falsa tributação dos meios de pagamento a essa normatização, acabou prejudicando o próprio uso desses instrumentos, forçando a Receita a dar um passo atrás e revogar a norma", destacou, numa referência às notícias falsas de que a

Esquema criminoso

Três operações realizadas em oito estados identificaram um sofisticado esquema criminoso mantido pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo as investigações, a organização atuava no mercado de combustíveis, com adulteração e sonegação fiscal, e tinha um braço financeiro, por meio de fintechs, que promoviam a lavagem de dinheiro.



Valdo Virgo/CB/D.A Press



A população em todo o país assistiu hoje (ontem) à maior resposta do Estado brasileiro ao crime organizado de nossa história até aqui"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

classificou a ofensiva de ontem como um marco histórico. "Há muito tempo estamos acompanhando um fenômeno, que é a migração da criminalidade organizada da ilegalidade para a legalidade. Para combatê-lo, não basta mais apenas uma operação policial, é preciso uma atividade integrada de todos os órgãos governamentais", afirmou.

Segundo Lewandowski, o trabalho conjunto tornou possível atacar diretamente a base econômica das facções. "Com certeza, esta é uma das maiores operações da história brasileira, e usaria dizer também que é uma das maiores operações em termos mundiais", declarou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhou o funcionamento da rede financeira usada pelas facções. De acordo com ele, os auditores da Receita conseguiram rastrear sucessivas camadas de ocultação patrimonial.

Haddad ressaltou que a operação atingiu os líderes do esquema, considerando o feito como um "estrangulamento do crime". "Em geral, o que fica preso é o personagem menos importante da estrutura. Essa operação é diferenciada porque conseguiu chegar ao andar de cima do sistema", ressaltou. "Você efetivamente estrangula o crime, impede que ele prospere e seca a fonte do recurso ilícito."

A subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Costa Chaves, informou que o órgão já lançou R\$ 8 bilhões em autos de infração. Entre os bens adquiridos com recursos ilícitos, estão um terminal portuário, quatro usinas de etanol, uma frota de 1.600 caminhões e mais de 100 imóveis, incluindo seis fazendas. (Colaborou Caetano Yamamoto, estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa)

norma incluiria cobrança de imposto sobre o Pix.

As apurações revelaram a participação de empresas tradicionais e de instituições financeiras digitais. O grupo Copape/Aster, multado em mais de R\$ 2 bilhões pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, foi apontado como elo central na adulteração e distribuição de combustíveis. Já a

fintech BK Bank operava as chamadas "contas-bolsão", misturando recursos de diferentes clientes em uma única conta, o que dificultava o rastreamento. Entre 2022 e 2023, foram identificados 10,9 mil depósitos em espécie, que somaram R\$ 61 milhões.

Outro braço do esquema envolveu a Reag, considerada uma das maiores gestoras independentes do

país, com patrimônio de R\$ 299 bilhões. Segundo as investigações, fundos sob sua gestão teriam sido utilizados para blindagem patrimonial e aquisição de ativos estratégicos, como usinas de etanol e distribuidoras.

Em São Paulo, a Operação Quasar cumpriu 12 mandados de busca e apreensão contra fundos de investimento usados para lavagem de

dinheiro e gestão fraudulenta. No Paraná, a Operação Tank investigou fraudes na cadeia de combustíveis, envolvendo empresas de fachada, depósitos fracionados, contas de passagem e adulteração de combustíveis. Foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão e 14 de prisão preventiva, com cinco presos. O ministro Ricardo Lewandowski

Investigação impacta Faria Lima

» ROSANA HESSEL

A Operação Carbono Oculto revelou que o crime organizado está usando fintechs e bancos digitais para a lavagem de dinheiro, em um esquema bilionário que atingiu em cheio a Avenida Faria Lima, centro financeiro de São Paulo.

A ação é a maior já feita no combate à infiltração do crime organizado na economia formal do país. Apenas na Faria Lima, foram 42 alvos de busca e apreensão, como empresas, corretoras e fundos de investimentos.

Em entrevista, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, cobrou a regulamentação das fintechs, com objetivo de dar mais transparência sobre as operações dessas

empresas. Ele lembrou que o crime organizado é financiado pela importação e comércio irregulares de combustíveis, cigarros e jogos ilegais. "E todos nós sabemos também que no cerne de todas as operações aparecem as fintechs", enfatizou o secretário.

As autoridades, contudo, ainda não divulgaram os nomes das empresas financeiras investigadas. Em grupos de economistas, porém, uma das instituições citadas era a Genial Investimentos. Procurada, a assessoria do Banco Genial informou que a instituição ficou surpresa com o seu nome mencionado em notícias relacionadas à Operação Carbono Oculto.

"A instituição tomou conhecimento do assunto unicamente

pela imprensa e, até o presente momento, não recebeu qualquer notificação oficial sobre a existência de procedimentos investigativos que a envolvam, seja direta ou indiretamente", destacou a nota. "O Banco Genial sempre conduziu suas atividades com base nos mais elevados padrões de governança corporativa, ética e compliance regulatório, em estrita observância à legislação e regulamentação aplicáveis", acrescentou o comunicado.

Mais tarde, em outra nota, o Banco Genial informou que as investigações estão relacionadas a denúncias ao Radford Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Crédito Privado — Responsabilidade Limitada. Esse Fundo

foi estruturado, segundo o comunicado, por outros prestadores de serviços essenciais e foi transferido ao Banco Genial em agosto de 2024. Na ocasião, instituição disse que realizou "as devidas diligências, abrangendo o investidor exclusivo e os ativos que integravam a carteira".

Outras empresas citadas, a Reag Investimentos e a Companhia Brasileira de Serviços Financeiros (Ciabrasf) informaram, em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão colaborando integralmente com as autoridades competentes, no âmbito da Operação Carbono Oculto. "Trata-se de procedimento investigativo em curso", dizem. (Com V.O. e Agência Estado)



Agentes cumpriram mandados no principal centro financeiro do país